

26 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicada na página eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.
 27 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.
 28 — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente — Maria Gorete Velho Cabral de Medeiros Costa, chefe de divisão de Aquisições, Logística e Património.

1.º vogal efetivo — Maria Margarida Capela Cucharra, técnica superior, que substitui a presidente nas suas faltas ou impedimentos.

2.º vogal efetivo — Pedro Manuel Ducla Soares Sottomayor Cardia, técnico superior.

1.º vogal suplente — Alexandra Sofia Simplicio Costa Tavares Geraldes, técnica superior.

2.º vogal suplente — Hironidina Alves da Silva Simões, técnica superior.

29 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.

30 — Em tudo o não expressamente previsto no presente aviso, o concurso rege-se pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

13 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

207538893

Direção-Geral do Território

Despacho n.º 1252/2014

O cargo de chefe de divisão da Divisão de Gestão de Recursos Informáticos tem vindo a ser assegurado em regime de gestão corrente pelo anterior titular do mesmo. Considerando que o prazo para essa mesma gestão corrente se encontra ultrapassado, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 24.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, encontrando-se a decorrer o procedimento concursal tendente ao respetivo provimento e atendendo a que o normal funcionamento da referida unidade flexível é essencial para garantir a prossecução das atividades cometidas à Direção de Serviços de Gestão de Recursos Internos, onde a mesma se insere, torna-se necessário proceder à nomeação, em regime de substituição e enquanto durar a tramitação do procedimento concursal, do mencionado cargo.

Ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º da sobredita Lei n.º 2/2004, nomeio, em regime de substituição e com efeitos a partir de 4 de outubro de 2013, o especialista de informática do mapa de pessoal da Direção-Geral do Território, licenciado Rui Sérgio Alves Cavaco, para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão da Divisão de Gestão de Recursos Informáticos.

O licenciado Rui Sérgio Alves Cavaco reúne os requisitos legais exigidos e possui competências adequadas ao exercício do referido cargo, conforme evidenciado na nota curricular anexa a este despacho.

13 de novembro de 2013. — O Diretor-Geral, *Paulo V. D. Correia*.

Síntese curricular

Licenciatura em Informática pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa obtida no ano letivo de 1995/96.

Atividade Profissional:

De 06.07.2010 a 05.07.2013, exerceu as funções de Chefe de Divisão da Divisão de Gestão de Recursos Informáticos da Direção-Geral do Território que resultou da extinção do Instituto Geográfico Português, por renovação da comissão de serviço.

De 06.07.2007 a 05.07.2010, exerceu as funções de Chefe de Divisão da Divisão de Gestão de Recursos Informáticos do Instituto Geográfico Português, por renovação da comissão de serviço.

De 06.07.2004 a 05.07.2017, exerceu as funções de Chefe de Divisão do Núcleo de Informática do Instituto Geográfico Português, por concurso público, em comissão de serviço.

De 19.03.2003 a 05.07.2004, exerceu as funções de Chefe de Divisão do Núcleo de Informática do Instituto Geográfico Português, por nomeação, em comissão de serviço.

De 1996 a 2003, exerceu as funções de Especialista de Informática no Instituto Geográfico Português (IGP) e no Centro Nacional de Informação Geográfica (CNIG).

Experiência Profissional mais relevante:

Gestão da equipa de informática desde o ano de 2003, responsável pela conceção, gestão e operacionalização dos sistemas de informação e pelas infraestruturas tecnológicas em uso na DGT. Participação em diversos grupos de trabalho como coordenador tecnológico, dos seguintes projetos Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SiNERGIC), Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) e Sistema de Administração do Recurso Litoral (SIARL).

De 1996 a 2002 foi membro da equipa de informática do Departamento de Investigação e Desenvolvimento no Centro Nacional de Informação Geográfica (CNIG), desde 25 de março de 1996. As principais atividades desenvolvidas foram: (a) administração de sistemas e de servidores de gestão de base de dados; (b) desenvolvimento de aplicações de informação geográfica para a rede do SNIG (Sistema Nacional de Informação Geográfica), nomeadamente aplicações de webGIS.

207538917

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Despacho n.º 1253/2014

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de seleção do titular do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Controlo, a que se refere a alínea *b*) do artigo 10.º da Portaria n.º 305/2012, de 4 de outubro, em conjugação com o artigo 8.º do Despacho n.º 14092/2012, publicado in DR, 2.ª série, n.º 210, de 30 de outubro, designadamente através da Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos os formalismos legais e concluídas as operações de seleção, propôs o Júri, como resultado do respetivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para desempenhar aquele cargo a candidata Ana Maria Duarte Serejo.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente pela aplicação da fórmula que traduz os métodos de seleção aos factos apurados, considero que face a tais resultados aquela candidata possui a competência técnica e a aptidão necessárias para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respetivo concurso.

Assim, designo para o cargo de Chefe de Divisão de Controlo, a técnica superior Ana Maria Duarte Serejo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 a 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, diploma alterado e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Esta designação produz os seus efeitos a partir da data do presente despacho.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

4 de dezembro de 2013. — A Diretora Regional, *Adelina M. Machado Martins*.

Nota curricular

1 — Dados Pessoais

Nome: Ana Maria Duarte Serejo;

Data de Nascimento: 16 de abril de 1967;

Naturalidade: Rosmaninhal (Idanha-a-Nova).

2 — Habilitações académicas

Bacharel em Produção Agrícola pela ESACB, 1990;

Licenciatura em Ciências Agrárias pela ESACB, 2001;

Frequência do Pós Graduação de Sistema de Informação Geográfico da ESACB.

3 — Experiência Profissional

1989 — Docente da Escola Secundária José Silvestre Ribeiro (Idanha-a-Nova);

1989/1990 — Técnica do Ministério da Agricultura, Direção Regional de Agricultura da Beira Interior (DRABI), na Zona Agrária da Campina, com funções de caráter técnico, de apoio e colaboração nos projetos de experimentação e divulgação e ainda atividades de extensão rural nos setores da viticultura, da fruticultura e da sanidade vegetal;

1990 a 2007 — Técnica do Ministério da Agricultura — Direção Regional de Agricultura da Beira Interior (DRABI), na Direção de Serviços de Agricultura, com funções de:

Supervisão dos processos relativos ao Condicionamento da Cultura da Vinha;

Aplicação de inúmeros regulamentos comunitários, nomeadamente o Reg. (CEE) n.º 2239/86, o Reg. (CEE) 1442/88, o PAMAF Medida 2; o Reg. (CE) n.º 2505/95; o Reg. (CE) n.º 2684/95, o DN n.º 2/96 e o Reg. (CEE) n.º 3302/90 e Portaria n.º 156/95;

Coordenação e participação das campanhas de 1996 e 1997 do Benefício Fiscal do Gasóleo Agrícola;

Colaboração com as Zonas Agrárias na execução de vistorias de campo no âmbito do Condicionamento da Cultura da Vinha;

Colaboração com o Instituto da Vinha e do Vinho nas ações respeitantes ao Condicionamento da Cultura da Vinha;

Colaboração nas ações de experimentação e demonstração desenvolvidas no âmbito das competências do serviço e em especial nas respeitantes ao setor da viticultura;

Participação e coordenação do processo de transferência da informação “Ficheiro Vitícola” do Instituto da Vinha e do Vinho para a DRABI;

Implementação, em articulação com a Divisão de Informática da DRABI, do “Suporte Informático do IVV”;

Elaboração de vários documentos de compilação e síntese da legislação e de normativos do Instituto da Vinha e do Vinho, contendo as regras e procedimentos a adotar nos processos de condicionamento da cultura da vinha;

Intervenção em diversas ações de divulgação e esclarecimento sobre programas e regulamentos comunitários na área da viticultura, destinadas a técnicos e organizações de agricultores;

Organização, intervenção e participação em sessões de esclarecimento para técnicos da DRA no âmbito da condicionalidade da cultura da vinha.

NOV2007 a SET2008 — técnica superior da DRAP Centro com funções de apoio ao Gabinete do Diretor Regional, desenvolvendo tarefas de enquadramento técnico e de apoio àquele gabinete;

15SET2008 a 14SET2011 — Nomeada, em comissão de serviço, no cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Controlo, previsto na Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de fevereiro, Despacho n.º 28535/2008, de 06 de novembro;

15SET2011 a 04OUT2012 — Nomeada, em regime de substituição, no cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Controlo, Despacho n.º 12949/2011, de 28 de setembro;

05OUT2012 a 03DEZ2013 — Designada, em regime de substituição, no cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Controlo, Despacho n.º 14849/2012, de 20 de novembro.

4 — Experiência Profissional:

1987 — Operador de Máquinas Agrícolas, ESACB;

1991 — Material Vegetal e Condução da Vinha, DGPA — IVV;

1991 — Manutenção e Conservação Vinha Terreno, DGPA — IVV;

1995 — Proteção Integrada de Pomóideas, IPCB;

1998 — Formação Pedagógica de Formadores, SGMADR;

1999 — Vitivinicultura, DRABI;

2007 — Sistema de Informação da Vinha e do Vinho no Instituto da Vinha e do Vinho, IVV;

2000 a 2006 — Diversos cursos na área da informática na ótica do utilizador, DRABI;

2009 — Sistema de Avaliação de Desempenho de Recursos Humanos na Administração Pública, DRAP Centro;

2009 — Gestão do Tempo e do Stress Organizacional, DRA Centro;

2009 — SIADAP — Como Redigir Objetivos, DRAP Centro;

2009 — Novo Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações na Administração Pública, DRAP Centro;

2009 — FORGEP — Programa de Formação em Gestão em Administração Pública, INA;

2010 — Sistema de Informação Parcelar — iSIP, IFAP;

2010 — Liderança e Motivação de Equipas com Coaching e PNL, OE;

2011 — Código de Procedimento Administrativo, DRAP Centro;

2011 — Gestão da Despesa Pública;

2012 — O Desafio da Mudança Organizacional e o Contributo da Reengenharia;

2008 a 2013 — Diversos cursos de formação no âmbito do controlo às ajudas, subsídios e prémios decorrentes da Política Agrícola Comum.

207540893

Despacho n.º 1254/2014

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de seleção do titular do cargo de direção intermédia de 2.º grau de chefe de delegação de Coimbra, a que se refere a alínea b) do artigo 10.º da Portaria n.º 305/2012, de 4 de outubro, em conjugação com os artigos 13.º e 14.º do despacho n.º 14092/2012, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 210, de 30 de outubro de 2012, designadamente através da bolsa de emprego público.

Cumpridos os formalismos legais e concluídas as operações de seleção, propôs o júri, como resultado do respetivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para desempenhar aquele cargo o candidato Gonçalo Luís Planas Raposo.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente pela aplicação da fórmula que traduz os métodos de seleção aos factos apurados, considero que face a tais resultados aquele candidato possui a competência técnica e a aptidão necessárias para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respetivo concurso.

Assim, designo para o cargo de chefe de delegação de Coimbra o técnico superior Gonçalo Luís Planas Raposo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 a 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, diploma alterado e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Esta designação produz os seus efeitos a partir da data do presente despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de dezembro de 2013. — A Diretora Regional, *Adelina M. Machado Martins*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Gonçalo Luís Planas Raposo;

Data de nascimento: 4 de dezembro de 1958;

Naturalidade: Coimbra;

Estado civil: casado;

Membro efetivo da Ordem dos Engenheiros — cédula profissional n.º 23572.

Habilitações literárias: licenciatura em Engenharia Agrónoma — especialidade de Agricultura e Pecuária, concluída em 1987, pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Atividade profissional:

Iniciou funções como profissional livre no Gabinete de Planeamento Agrário Regional da DRABL, onde permaneceu até ser destacado para uma zona agrícola;

Em junho de 1988, iniciou funções na Zona Agrária de entre Dão e Mondego, com sede em Mangualde, apoiando diretamente o chefe da Zona Agrária, na implementação do PROSERRA — Programa de Ovinicultura, Produção e Comercialização de Queijo da Serra da Estrela;

Em fevereiro de 1989, reiniciou funções no Gabinete de Planeamento Agrário Regional, na Divisão de Análise e Projetos, no acompanhamento técnico para a implementação dos projetos do Programa de Viabilização das Explorações Leiteiras da Beira Litoral — PVELBL;

Em setembro de 1991, foi nomeado técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral;

Em abril de 1993, passou a exercer funções na Direção de Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural na Divisão das Medidas Sócio-Estruturais, tendo apoiado a implementação e conclusão do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa — PEDAP, nos subprogramas Regadios Individuais e Eletrificação das Explorações Agrícolas.

Em maio de 1997, passou a exercer funções na Direção de Serviços de Planeamento e Política Agroalimentar na Divisão de Estudos, tendo desenvolvido e apoiado a implementação do PAMAF;

Em agosto de 1997, passou a exercer funções na Direção de Serviços de Desenvolvimento Rural, na Divisão de Infraestruturas Rurais, Hidráulica, Engenharia Agrícola e Ambiente, sendo o técnico responsável pelas Ações Pequenas Regadios e Eletrificação;

Em junho de 1998, foi nomeado técnico da equipa de Projeto do Aproveitamento Hidroagrícola da Várzea de Calde — Barragem, rede de rega e drenagem;

Em 16 de outubro de 2002, foi nomeado responsável do Agrupamento de Zonas Agrárias do Litoral, desempenhando estas funções até 31 de dezembro de 2002;

Foi nomeado supervisor do Agrupamento de Zonas Agrárias do Litoral, com sede na Figueira da Foz, e exerceu funções de 1 de janeiro de 2003 a 15 de janeiro de 2006;

Em julho de 2003, foi nomeado representante do MADRP em comissões mistas de coordenação da revisão dos planos diretores municipais — PDM, na área geográfica da DRABL, para os concelhos de Coimbra, Condeixa-a-Nova, Mealhada, Mira e Pombal, exercendo estas funções até novembro de 2009;

Em 18 de outubro de 2005, foi nomeado assessor da carreira de engenheiro da Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral;

De janeiro de 2006 até fevereiro de 2008, exerceu funções na Divisão de Estudos, tendo elaborado um relatório final, por concelho, da aplicação